

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Reuniões de Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATA**



ATAS

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/8/2017

Às 11h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Gustavo Santana e Dirceu Ribeiro (substituindo o deputado Fábio Cherem, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Virginia Kirchemeyer Vieira, subsecretária da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (20/6/2017, 13/7/2017 (2) e 20/7/2017 (9)); e dos Srs. Ricardo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz, consultor de Relações Institucionais da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (6/7/2017 e 20/7/2017); e Jorge Luiz Macedo Bastos, diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (29/6/2017). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.859/2016, 4.115 e 4.353/2017, todos no 1º turno (deputado Anselmo José Domingos); e Projeto de Lei nº 3.856/2016, em turno único (deputado Fábio Cherem). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.115/2017 (relator: deputado Anselmo José Domingos); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.575/2016 com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça. É convertido em diligência, a requerimento do relator, o Projeto de Lei nº 286/2015, no 1º turno, à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.970/2016, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.527 a 7.530, 7.601, 7.605, 7.606, 7.677, 7.678, 7.680 a 7.684 e 7.686 a 7.710/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia),

que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 8.025, 8.026, 8.347, 9.345 a 9.354, 9.362 a 9.365, 9.447 e 9.448/2017. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

n° 9.458/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Albertina;

n° 9.459/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Ouro Fino;

n° 9.460/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Monte Sião;

n° 9.461/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Jacutinga;

n° 9.462/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Borda da Mata;

n° 9.463/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Bueno Brandão;

n° 9.464/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Munhoz;

n° 9.465/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Toledo;

n° 9.466/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Senador Amaral;

n° 9.467/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Senador José Bento;

n° 9.468/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Congonhal;

n° 9.469/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Ipuiuna;

nº 9.470/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Santa Rita de Caldas;

nº 9.471/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Silvianópolis;

nº 9.472/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Turvolândia;

nº 9.473/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Cordislândia;

nº 9.474/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Carvalhópolis;

nº 9.475/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Soledade de Minas;

nº 9.476/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Serrania;

nº 9.477/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Elói Mendes;

nº 9.478/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Três Pontas;

nº 9.479/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Carmo do Rio Claro;

nº 9.480/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Poços de Caldas;

nº 9.481/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Itajubá;

nº 9.482/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Pouso Alegre;

nº 9.483/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Delfim Moreira;

nº 9.484/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Wenceslau Braz;

nº 9.485/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Piranguinho;

nº 9.486/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Paraisópolis;

nº 9.487/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Sapucaí–Mirim;

nº 9.488/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Gonçalves;

nº 9.489/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Consolação;

nº 9.490/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Córrego do Bom Jesus;

nº 9.491/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Cambuí;

nº 9.492/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Pedralva;

nº 9.493/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Itanhandu;

nº 9.494/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de São Sebastião do Rio Verde;

nº 9.495/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Luminárias;

nº 9.496/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Pouso Alto;

nº 9.497/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Seritinga;

nº 9.498/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Passa-Quatro;

nº 9.499/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Campanha;

nº 9.500/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Conceição do Rio Verde;

nº 9.501/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Virgínia;

nº 9.502/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de São Sebastião da Bela Vista;

nº 9.503/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Marmelópolis;

nº 9.504/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Caxambu;

nº 9.505/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Itutinga;

nº 9.584/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Mesquita;

nº 9.585/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Goianá;

nº 9.586/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Guapé;

nº 9.587/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Santo Antônio do Itambé;

nº 9.588/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de São Pedro dos Ferros;

nº 9.590/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Timóteo;

nº 9.591/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Alfenas;

nº 9.592/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Marliéria;

nº 9.593/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Jaguaráçu;

nº 9.594/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Campo do Meio;

nº 9.595/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Chiador;

nº 9.596/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Espinosa;

nº 9.597/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Francisco Sá;

nº 9.598/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Laranjal;

nº 9.599/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Materlândia;

nº 9.601/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Maravilhas;

nº 9.602/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Palmópolis;

nº 9.603/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Papagaios;

nº 9.604/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Paula Cândido;

nº 9.605/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Porteirinha;

nº 9.607/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de São Gotardo;

nº 9.608/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Rodeiro;

nº 9.609/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Rosário da Limeira;

nº 9.610/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Sabinópolis;

nº 9.611/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de São Gonçalo do Sapucaí;

nº 9.612/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de São Pedro do Suaçuí;

nº 9.613/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Sem-Peixe;

nº 9.614/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Antônio Dias;

nº 9.615/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Coronel Fabriciano;

nº 9.616/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação de ruas no Município de Dionísio;

nº 9.617/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – pedido de providências para que seja verificada a possibilidade de criação de linha de voo para o Município de Janaúba, através do Projeto Voe Minas Gerais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2017.

Anselmo José Domingos, presidente – Celinho do Sinttrocel – João Leite.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/8/2017

Às 9h41min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Cristiano Silveira e André Quintão (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater os conflitos entre posseiros e moradores da aldeia Pataxó Geru Tucunã, localizada no Parque Estadual do Rio Corrente, em Açucena, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.558/2017, do deputado Durval Ângelo, em que requer seja realizada audiência pública para debater e celebrar os dez anos da Lei nº 11.520, de 2007, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios, e os impactos que essa norma trouxe aos atingidos pelo degredo;

nº 9.583/2017, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para debater e fazer um balanço das ações adotadas para reparar os danos socioambientais causados pela mineradora Samarco, provocados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana;

nº 9.589/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as violações e dificuldades vivenciadas pelas pessoas em colônias de hanseníase existentes no Estado;

nº 9.600/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação envolvendo os moradores do Assentamento Pedro Marcelo dos Santos, localizado na Comunidade Garrote, em Bocaiuva, que já se encontram instalados nesse local há mais de cinco anos e que recentemente sofreram ordem de despejo, a ser cumprida em setembro de 2017;

nº 9.606/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Congonhas, para debater supostas alterações para alteamento na Barragem de Casa da Pedra, da empresa CSN, nesse município.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Darcira de Souza Pereira, prefeita Municipal de Açucena, Giuliane Carolina de Almeida, assessora da Diretoria de Áreas Protegidas do Instituto Estadual de Florestas – IEF –, representando o Sr. João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento, diretor-geral, Márcia Campanharo Zanetti Bonetti, coordenadora estadual da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater –, também representando o Sr. Glênio Martins de Lima Mariano, presidente, e Martinha Jorge Moreira, coordenadora da Comissão Pastoral da Terra Minas Gerais; e os Srs. Geraldo Vitor de Abreu, subsecretário de Acesso à Terra e Regularização Fundiária, representando o Sr. Professor Neivaldo, secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Leonardo Farias, coordenador-substituto de Informação e Monitoramento, representando a Sra. Azelene Inácio, diretora de Proteção Territorial da Fundação Nacional do Índio – Funai –, Alessandro de Almeida Mathias, indigenista especializado da Fundação Nacional do Índio – Funai –, e Cacique Baiara, da aldeia Geru Tucunã Pataxó. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte, que compreende o recebimento e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.632/2017, da deputada Celise Laviola e dos deputados Cristiano Silveira e André Quintão, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Fundação Nacional do Índio – Corregedoria Regional da Funai em Minas Gerais e Espírito Santo pedido de providências para que se identifique e se delimite a área da aldeia pataxó localizada no Parque da Serra da Candonga, em Guanhães, bem como para que se implementem com urgência ações que garantam as condições de moradia e saúde dos indígenas, anexando-se ao requerimento ofício entregue a essa comissão em audiência pública realizada em 30/8/2017;

nº 9.633/2017, da deputada Celise Laviola e dos deputados Cristiano Silveira e André Quintão, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Diretoria-Geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que sejam envidados esforços para a formulação de proposta, em nível governamental, com o intuito de se fazer a alteração da categoria do Parque Estadual do Rio Corrente, em Açucena, de modo a possibilitar o uso e o desenvolvimento sustentável da unidade, e se promover a criação de reserva indígena no mencionado parque, com vistas a solucionar definitivamente os conflitos entre posseiros e indígenas da Aldeia Pataxó Geru Tucunã, localizada no parque, encaminhando-se comunicação à comissão acerca das iniciativas e dos resultados obtidos a partir da negociação entre os órgãos responsáveis;

nº 9.634/2017, da deputada Celise Laviola e dos deputados Cristiano Silveira e André Quintão, em que requerem seja encaminhado à diretoria-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF –, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à urgente implementação de ações para que sejam apuradas e fiscalizadas as denúncias apresentadas na audiência pública realizada em 30/8/2017, quais sejam: crescente degradação ambiental praticada por posseiros, atuação do policiamento ambiental e conflitos e ameaças praticadas por fazendeiros aos indígenas residentes na aldeia pataxó localizada no Parque Estadual do Rio Corrente, em Açucena.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de setembro de 2017.

Cristiano Silveira, presidente.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 12/9/2017****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 6.107/2016, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à presidente do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais pedido de informações acerca da existência de processo de revisão dos procedimentos de autorização de cursos e instituições, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou recredenciamento de instituições, no âmbito do sistema estadual de ensino. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 39/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcílio de Sousa Magalhães para o cargo de diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 40/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Rodrigo de Melo Teixeira para o cargo de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 41/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria de Fátima Chagas Coelho para o cargo de diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 42/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Djaniro Silva para o cargo de diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 43/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Ronan Edgard dos Santos Moreira para o cargo de diretor-geral da Loteria do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 45/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Elizabeth Dias Munaier Lages para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.457, que concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado referente à data-base de 2016 e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.478, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia aos servidores das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica que menciona, nos casos que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.484, que concede anistia às praças da Polícia Militar de Minas Gerais excluídas da corporação em virtude do movimento reivindicatório ocorrido em junho de 1997. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.562, que cria fundos estaduais de incentivo e de financiamento de investimento e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23563, que institui o Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos itens 2 "g", 37, 43, 88, 93 "b", 93 "c" e 102 e pela rejeição do veto ao item 93 "i", todos do Anexo I da proposição de lei.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.468/2017, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, ao amparo do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.800/2015, do deputado João Alberto, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alfenas – Apae de Alfenas – o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.086/2017, do deputado Cássio Soares, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 17.702, de 4/8/2008, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alpinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.785/2016, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação do trecho da Rodovia MG-259 que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Sardoá. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 12/9/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 6.661 a 6.670/2017, do deputado Cabo Júlio; 8.449/2017, da Comissão de Participação Popular; 8.453 e 8.479/2017, do deputado Sargento Rodrigues; 8.460/2017, do deputado Douglas Melo; 8.466/2017, do deputado Ulysses Gomes; e 8.476 a 8.478/2017, do deputado Coronel Piccinini

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a incidência de roubos a cargas de medicamentos no Estado.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 12/9/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 3.398/2016, do deputado Braulio Braz, e 4.353/2017, do deputado Leonídio Bouças.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 7.348/2017, do deputado Noraldino Júnior; 7.448, 7.449, 7.451 a 7.460/2017, da deputada Geisa Teixeira; 7.631 a 7.633/2017, do deputado Douglas Melo; 8.106/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes; e 8.136/2017, do deputado Bosco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/9/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei n° 3.473/2016, do deputado Doutor Jean Freire.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/9/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Propostas de Ação Legislativa n°s 72, 73, 74, 76 e 77/2016, de iniciativa popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 12/9/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei n° 1.397/2015, do deputado Fábio Avelar Oliveira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 12/9/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei n° 4.156/2017, do deputado Thiago Cota.

Requerimento n° 8.459/2017, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 12/9/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 4.043/2017, da deputada Geisa Teixeira; 4.212/2017, do deputado Paulo Guedes; 4.403/2017, do deputado Ivair Nogueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a prática do *taekwondo* e a atuação das entidades responsáveis pelo esporte no Estado.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 12/9/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/9/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Dirceu Ribeiro, João Vítor Xavier e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/9/2017, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.473/2016, do deputado Doutor Jean Freire, de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater a situação de colapso das instituições federais de ensino no Estado, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 11 de setembro 2017.

Celise Laviola, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública e de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Agostinho Patrus Filho, Arnaldo Silva, Cristiano Silveira, Dirceu Ribeiro, Gustavo Valadares e Sargento Rodrigues, membros da Comissão de Administração Pública, e os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, Fábio Cherem e Paulo Guedes, membros da Comissão de Segurança Pública, para a reunião a ser realizada em 15/9/2017, às 9h30min, em Manhuaçu, com a finalidade de, em audiência pública, debater o enfrentamento de quadrilhas envolvidas em roubos e

latrocínios, bem como as dificuldades com que se defrontam a Polícia Militar e a Polícia Civil nas regiões de divisa no Estado, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2017.

João Magalhães, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.917/2016****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Rogério Correia, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Córrego do Ouro, com sede no Município de Boa Esperança.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.917/2016 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Córrego do Ouro, com sede no Município de Boa Esperança, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo prestar assistência e amparo à infância, à adolescência, à juventude e ao idoso em condições de risco social, de modo a integrá-los na sociedade.

Com esse propósito, a instituição promove atividades sociais, educativas, esportivas, recreativas, eventos culturais e artísticos; presta serviços assistenciais de caráter educacional; e promove a segurança alimentar e nutricional no município.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação no Município de Boa Esperança, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.917/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2017.

Nozinho, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.928/2016**Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável****Relatório**

De autoria do deputado Fábio Cherem, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Sociedade Ornitológica e Tricordiana – SOT –, com sede no Município de Três Corações, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.928/2016 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Sociedade Ornitológica e Tricordiana – SOT –, com sede no Município de Três Corações.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, difundir, orientar, proteger e uniformizar os diversos aspectos da criação e da reprodução das aves; contribuir para o desenvolvimento da Ornitologia, com o aprimoramento das espécies e suas mutações mantidas em cativeiro; e colaborar com os órgãos públicos para a proteção e a preservação das aves.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Sociedade Ornitológica e Tricordiana – SOT –, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.928/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2017.

Dilzon Melo, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.940/2016

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Gil Pereira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores, Amigos e Produtores Rurais de Buriti Seco, com sede no Município de Montes Claros.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.940/2016 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores, Amigos e Produtores Rurais de Buriti Seco, com sede no Município de Montes Claros, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo desenvolver projetos assistenciais de combate à fome e à pobreza, a fim de minorar os efeitos da seca sobre o ser humano; oferecer proteção à saúde da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice, e assistência médica e odontológica às pessoas carentes.

Com esse propósito, a instituição reivindica junto aos públicos a resolução dos problemas de interesse da coletividade; desenvolve projetos culturais e esportivos; e oferece assistência jurídica às pessoas carentes da comunidade.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação no Município de Montes Claros, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.940/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2017.

Nozinho, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.992/2017

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Noraldino Júnior, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Refazer Santa Rita de Cássia, com sede no Município de Varginha.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.992/2017 pretende declarar de utilidade pública a Associação Refazer Santa Rita de Cássia, com sede no Município de Varginha, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo atender famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social de forma continuada e planejada.

Com esse propósito, a instituição mantém estabelecimentos e serviços destinados a desenvolver programas de fortalecimento dos vínculos familiares; presta serviços de proteção à família e ao indivíduo; e propõe e acompanha programas de prevenção e redução da criminalidade e da violência.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação no Município de Varginha, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.992/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2017.

Nozinho, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.022/2017

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Relatório

De autoria do deputado Fábio Avelar Oliveira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Luzense de Equoterapia, com sede no Município de Luz.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.022/2017 pretende declarar de utilidade pública a Associação Luzense de Equoterapia, com sede no Município de Luz, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo oferecer terapia por meio de uma abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência.

Com esse propósito, a instituição coordena, apoia e orienta familiares e pessoas com deficiência ou necessidades especiais sobre o tratamento equoterápico e realiza encontros de familiares buscando promover a integração e a troca de experiências com todos os envolvidos nesse método de tratamento.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Luzense de Equoterapia no Município de Luz, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.022/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 8 de junho de 2017.

Nozinho, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.073/2017

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Relatório

De autoria do deputado Isauro Calais, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Surdos de Juiz de Fora, com sede no Município de Juiz de Fora.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.073/2017 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Surdos de Juiz de Fora, com sede no Município de Juiz de Fora, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover e efetivar ações que contribuam para o desenvolvimento educacional, cultural, desportivo e assistencial da comunidade.

Com esse propósito, a instituição promove a assistência social para pessoas com deficiência auditiva; elabora e apoia estratégias e ações inovadoras para o atendimento às necessidades das pessoas com deficiência auditiva e de seus familiares; e contribui para o estabelecimento de políticas públicas e programas intersetoriais nos níveis federal, estadual e municipal, visando garantir a universalidade e a qualidade da atenção às pessoas com deficiência auditiva.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida entidade no Município de Juiz de Fora, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.073 /2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2017.

Nozinho, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.141/2017**Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável****Relatório**

De autoria do deputado Ulysses Gomes, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Protetora dos Animais de Elói Mendes – Apaem –, com sede no Município de Elói Mendes, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.141/2017 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Protetora dos Animais de Elói Mendes – Apaem –, com sede no Município de Elói Mendes.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, atender animais de rua com alimentação, cuidados de saúde e busca de lares para acolhê-los; esclarecer e educar a população quanto à posse responsável e à esterilização dos animais; promover campanhas de castração, seja por meio da associação, seja por meio de parcerias com entidades públicas ou privadas, desde que obedecida a legislação ambiental pertinente; estimular a adoção de animais abandonados, através da realização de feiras e/ou campanhas de adoção responsável; e estimular o aperfeiçoamento e o cumprimento de legislação direcionada à causa animal.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Protetora dos Animais de Elói Mendes – Apaem –, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.141/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2017.

Dilzon Melo, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.155/2017**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Paulo Guedes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação das Comunidades Organizadas de Varzelândia, com sede no Município de Varzelândia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.155/2017 pretende declarar de utilidade pública a Associação das Comunidades Organizadas de Varzelândia, com sede no Município de Varzelândia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo auxiliar cerca de 90 associações comunitárias em todo o município, desenvolvendo treinamentos e capacitações para as lideranças locais.

Com esse propósito, a instituição promove a busca por recursos materiais e humanos; realiza eventos sociais e recreativos; e prestigia, estimula e ajuda iniciativas que beneficiem os associados.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida entidade no Município de Varzelândia, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.155/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2017.

Nozinho, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.283/2017**Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável****Relatório**

De autoria do deputado Durval Ângelo, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Grupo Dispersiones, com sede no Município de Brazópolis, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.283/2017 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Grupo Dispersiones, com sede no Município de Brazópolis.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública. Porém, apresentou a Emenda nº 1, que visa adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, defender e proteger o meio ambiente; desenvolver trabalhos de recuperação de áreas degradadas; estimular a criação de unidades de conservação; promover a educação ambiental; e desenvolver estudos e planejamentos agrônômicos e turísticos visando o desenvolvimento ecologicamente sustentável.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Grupo Dispensores, com sede no Município de Brazópolis, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.283/2017, em turno único, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2017.

Dilzon Melo, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.321/2017

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Antônio Jorge, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Casa Azul Acolhimento Só Por Hoje, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.321/2017 pretende declarar de utilidade pública a Associação Casa Azul Acolhimento Só Por Hoje, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a promoção da assistência humana por meio da prestação de serviços gratuitos e permanentes em projetos e programas.

Com esse propósito, a instituição promove, gratuitamente, assistência psicológica à população carente; cria unidades complementares de apoio à saúde e à educação regular; e funda e mantém casas de assistência a idosos.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida entidade no Município de Belo Horizonte, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.321/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2017.

Nozinho, relator.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 11/9/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Cláudio de Oliveira, padrão VL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda;

exonerando Emerson Blank de Moraes, padrão VL-11, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Missionário Márcio Santiago;

nomeando Carlos Alberto Costa Júnior, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Mário Henrique Caixa;

nomeando Daniel Prates Aguiar, padrão VL-43, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Geraldo Pimenta;

nomeando Rodrigo Dias Ferreira, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antônio Jorge.

**ERRATA****TERMO DE CONTRATO Nº 128/2017**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 5/9/2017, na pág. 20, no título, onde se lê:

“Termo de Contrato nº 128/2017”, leia-se:

“Termo de Aditamento nº 128/2017”.